

# OS PRIMÓRDIOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE DO ENSINO LICEAL PORTUGUÊS (1904-1908) – AS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE A PROFISSÃO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

## THE BEGINNING OF PORTUGUESE HIGH SCHOOL TEACHERS' ASSOCIATIVISM (1904-1908) – TEACHERS' REPRESENTATIONS OF THEIR PROFESSION AND IDENTITY CONSTRUCTION

Joaquim Pintassilgo

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Centro de Investigação em Educação

### Resumo:

A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da actividade docente e, como tal, elemento essencial da afirmação, a esse nível, da modernidade educativa. O associativismo docente – a par da imprensa pedagógica produzida por professores – propiciou o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios da profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade simbólica.

O presente texto tem como propósito analisar os discursos produzidos pelos porta-vozes dos professores do ensino liceal, durante o período de existência da sua primeira associação (1904-1908), no sentido de captar as representações sobre a profissão então em circulação. Quais as crenças e valores que se procuram partilhar? Que tipo de associativismo docente se pretende concretizar? Quais as preocupações, reivindicações e formas de luta que se esboçam?

**Palavras-chave:** associativismo, profissão, representações.

### Abstract:

Historically, the creation of teacher associations was one of the most important steps towards the professionalisation of the teaching activity and, as such, a fundamental aspect of the assertion of educational modernity in this sense. Together with the pedagogic press that teachers produced, their associativism promoted the development of an intellectual and affective context for the socialisation of teachers regarding the beliefs and values inherent to their profession, and contributed to the spread of a feeling of belonging to the same symbolic community.

This paper intends to analyse the discourses produced by the spokesmen of high school teachers, during the period of existence of their first association (1904-1908), in an attempt to grasp the representations they had of their profession at the time. Which beliefs and values do they seek to share? Which concerns, demands and forms of fighting emerge?

**Key-words:** associativism, profession, representations.

## 1. Introdução

A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da actividade docente e, como tal, elemento essencial da afirmação, a esse nível, da modernidade educativa. O associativismo docente – a par da imprensa pedagógica produzida por professores – propiciou o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à

socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade simbólica. Produzidas pelos porta-vozes do associativismo docente – ainda uma pequena elite da profissão –, pretendia-se que as referidas concepções fossem apropriadas por sectores gradualmente mais amplos da classe.

Não obstante algumas iniciativas pioneiras, o associativismo docente é um fenómeno que se desenvolve fundamentalmente a partir da segunda metade de oitocentos. A primeira verdadeira associação de professores é a que foi criada em 1854 exactamente com esse nome – Associação de Professores –, mantendo características essencialmente mutualistas (Nóvoa, 1987). Curiosamente, este é um projecto dirigido a todos os professores, independentemente do grau de ensino, algo que não se repetirá muitas vezes no universo do associativismo docente subsequente. A gradual preponderância dos professores de instrução primária no seio da referida associação é bem um sinal das dificuldades em concretizar tal união de esforços. Nas décadas de transição do século XIX para o século XX serão, na verdade, os professores de instrução primária os grandes impulsionadores do associativismo docente, conduzindo à criação das primeiras organizações da classe tendo por base o grau de ensino (Nóvoa, 1987).

A primeira publicação a dar conta das posições próprias do professorado do ensino liceal é a *Revista dos Lyceus*, surgida em 1891, sob a direcção inicial de M. Borges Grainha, professor do Liceu Central de Lisboa, e cuja publicação será interrompida em 1896 (Bento, 1973; Nóvoa, 1993). Ainda não está em causa, neste momento, a criação de uma associação de professores deste grau de ensino, mas antes o desenvolvimento de um trabalho de intervenção cultural e pedagógica a partir de um órgão encarregue de expressar publicamente as opiniões deste sector do professorado. Apesar do apelo explícito à união de todos os colegas, a ênfase é colocada na dimensão intelectual dessa união.

É em 1904 que nasce a primeira associação que se apresenta como representativa dos interesses deste sector do professorado – a Associação do Magistério Secundário Oficial –, a qual publica, a partir desse mesmo ano, o *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*. A extinção da publicação no ano de 1908 corresponde, segundo Gomes Bento (1973), ao declínio da actividade da Associação, que só renascerá em 1911, já em plena República, inicialmente com outro nome – Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais –, dirigida a um público mais amplo, como a sua própria designação deixa entrever, e que publica, entre 1913 e 1916, o seu órgão próprio, a *Revista de Ensino Médio e Profissional*. O retorno ao nome original, a partir de 1914, dá bem conta do falhanço de um projecto mais aglutinador e vem confirmar o carácter acentuadamente sectorial assumido pelo o associativismo docente destes tempos. O aparecimento, em 1916, da Associação dos Professores dos Liceus do Norte que, ao longo desse mesmo ano publica uma nova *Revista dos Liceus*, e, em 1919, da Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais, que publica, entre 1921 e 1927, o respectivo *Boletim...*, são uma inequívoca confirmação da tendência atrás enunciada (Bento, 1973).

Entretanto, no que diz respeito ao associativismo docente do ensino primário, o percurso é bem diferente: o período republicano representa uma fase de intensa actividade, ganhando o movimento um carácter cada vez mais sindical, paralelo a uma gradual radicalização ideológica. Na sequência de várias outras iniciativas, forma-se em 1918 a União do Professorado Primário Português, que foi, no dizer de A. Nóvoa (1987), “la plus importante organisation du mouvement syndical des enseignants portugais” (II, p. 707). O final da República e o início da Ditadura Militar (1926)

representa uma fase negra para a União, que vê o seus dirigentes serem perseguidos, sendo ela própria dissolvida em 1927.

Os primeiros anos do regime autoritário significaram, para os professores do ensino liceal, por paradoxal que possa parecer, um ponto alto no seu percurso associativo e, simultaneamente, o seu ponto de recuo. É a época da realização, entre 1927 e 1931, de cinco congressos do ensino liceal. O contexto político vai-se tornando, no entanto, cada vez mais desfavorável e as divisões no campo associativo dificultam a resistência. Só a agonia do regime, quatro décadas após, é que tornará possível a revitalização, em novos quadros, do associativismo docente, que primeiro assume a forma de “grupos de estudo” e finalmente, já em período democrático, de sindicatos de professores.

Feita esta apresentação do percurso do associativismo docente, em particular no que se refere ao ensino secundário, convém sublinhar que esta comunicação se insere num projecto mais global de estudo do referido associativismo no período que decorre, em traços gerais, entre 1904 e 1974. Vamos limitar-nos, para já, a analisar o carácter da primeira experiência associativa, que decorre entre 1904 e 1908, nos anos terminais da monarquia constitucional portuguesa, e que é testemunhada pelo *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*.

O presente artigo tem, assim, como propósito analisar os discursos produzidos pelos que, nesse momento, se assumem como porta-vozes dos professores do ensino liceal – dirigentes da Associação e articulistas do respectivo Boletim -, no sentido de captar as representações sobre a profissão então em circulação nesse campo. Quais as crenças e valores que se procuram partilhar? Que tipo de associativismo docente se pretende concretizar? Quais as preocupações, reivindicações e formas de luta então esboçadas?

A principal fonte deste trabalho é constituída pelo conjunto de 18 números do *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial* publicados ao longo desse período e que são uma clara expressão da vida associativa, já que vão publicando os principais documentos produzidos nesse contexto: projectos de estatutos, actas das sessões da Assembleia Geral e das reuniões da Direcção da Associação, corpos gerentes eleitos, listas de sócios, pareceres, necrologia, etc.

## 2. Construção duma identidade sectorial

A Associação do Magistério Secundário Oficial é definida pelos seus Estatutos como sendo “uma agremiação de professores efectivos dos liceus” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p.80). Essa formulação delimita claramente o seu grau de abrangência - a elite dos professores do ensino secundário – e conduz-nos a aproximar esta associação da “forma categorial” de que nos fala A. Robert (1995) e que caracteriza da seguinte forma:

Qui dit association d’une catégorie particulière de professeurs dit, quasi automatiquement, construction de son identité contre une autre catégorie. Le principe fondateur des sociétés de catégorie consiste en effet à faire œuvre de critique et de séparation plutôt que de rapprochement, en mettant l’accent sur ce qui privilégie l’autre et sur ce qui, en conséquence, lèse l’intéressé. (p. 155)

É o princípio da “distinção” que está, em certa medida, na base deste tipo de associativismo, o que conduz à tentativa de manter as distâncias em relação aos sectores

ou às categorias consideradas menos prestigiadas ou recrutadas em bases tidas por menos legítimas. É por isso que, ao longo da sua existência, o *Boletim* dedica uma particular atenção ao combate aos chamados “interinos”. Num violento artigo subordinado a esse preciso título, o professor Apolino Marques contesta a pretensão dos professores interinos do Liceu da Horta (Açores) – manifestada em circular enviada a todos os liceus – de obterem uma “colocação definitiva”, ou seja, nas palavras do articulista, de “se amezendarem nas cadeiras que lhes estão confiadas”. O autor conclui com um apelo: “É necessário protestar altivamente e combater tenazmente a iníqua pretensão”, atribuída a “cavalheiros . . . estranhos aos assuntos que este *Boletim* costuma tratar” (*Boletim...*, 1905, Março – Abril, pp. 206-208). Noutro artigo dá-se conta duma representação dos professores efectivos do quadro do Liceu de Angra (também nos Açores) na qual reclamam contra a distribuição de serviço feita nesse ano lectivo no liceu em questão. O articulista observa:

Ao que nos consta, essa distribuição obedeceu ao intuito de favorecer os sete (7) professores interinos, em detrimento dos quatro (4) professores efectivos, que tantos são os que lá existem . . . Perante os poderes públicos limitamo-nos aqui a protestar contra esse facto irregular, que põe nas mãos duma maioria de professores interinos os destinos dum dos nossos estabelecimentos de instrução secundária e joga com os interesses legítimos dos seus professores efectivos. (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 308)

Os protestos contra a nomeação de “improvisados professores”, em particular sem audição dos Conselhos Escolares, vão ser uma constante, até porque é a própria expansão do ensino liceal que torna inevitável a contratação de um número gradualmente crescente de professores interinos, ao ponto de fazer com que em alguns estabelecimentos eles sejam já a maioria do corpo docente. Outro exemplo apontado é o de um dos liceus de Lisboa – o então Liceu do Carmo – onde existem, em 1906, 16 professores efectivos e 24 professores interinos. O articulista lamenta o facto de “que nas votações do conselho desse Liceu as resoluções tomadas poderão ser atribuição exclusiva dos professores interinos” (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 309).

Não obstante a perspectiva elitista em que os porta-vozes da Associação se colocam, um dos principais argumentos utilizados não deixa de ser interessante e de colocar alguma ambivalência neste debate: essas pessoas “não tendo sido recrutadas pelos meios que a lei determina, não oferecem as garantias de competência que a mesma lei exige” (*Boletim...*, 1905, Março – Abril, p. 56). O autor refere-se, concretamente, à necessidade de garantir que o acesso à carreira se continue a fazer através de uma selecção rigorosa, considerando que “só pelo concurso de provas públicas se poderá obter um recrutamento de professores, ao mesmo tempo largo e bem seleccionado”; e acrescenta: “Mas o concurso de provas públicas carece de ser cuidadosamente cercado de garantias e de revestir um carácter simultaneamente teórico e prático” (*Boletim...*, 1905, Março – Abril, pp. 54-55). Este argumento não deixa de nos remeter para a atribuição de um sentido profissional à docência. Os professores efectivos dos liceus têm plena consciência de que a dignificação social da sua actividade passa pela defesa da existência de um grau elevado de dificuldade na entrada na profissão, como garantia da competência profissional dos seus membros. É o que nos diz A. Robert (1995), no que diz respeito às associações formadas tendo por base um sector do ensino ou uma categoria de docentes, ainda que tendo como referência o caso dos agregados franceses: “Arguant du caractère objectivement difficile des épreuves

d'un concours requérant une préparation très exigeante, la Société [des agrégés] vise à maintenir la distance avec les autres catégories recrutées sur des bases moins prestigieuses" (p. 156).

O já referido princípio de distinção conduz, igualmente, a um relacionamento difícil tanto com os professores das escolas industriais e comerciais – o sub-sistema menos prestigiado e socialmente discriminatório do ensino secundário – como no que se refere aos professores de instrução primária. Em relação aos primeiros, a renovada associação de 1912 chega a incluí-los como sócios potenciais, mas a polémica desencadeada, em algumas assembleias, por essa opção conduz, rapidamente, a um retorno ao espírito original. Alguns anos depois, os professores dessas escolas formarão, como já dissemos, a sua própria associação. Em relação aos professores de instrução primária, as poucas e tímidas tentativas desencadeadas pela Associação para conseguir alguma união de esforços foram sempre infrutíferas, em parte devido à desconfiança existente entre os dois sectores. Alguns artigos dão bem conta dessa situação, como aquele em que se protesta contra a eventualidade de um aumento dos professores de instrução primária, de que seriam excluídos os professores do ensino secundário. O articulista assevera com alguma amargura: “Cremos sinceramente que a nossa classe, a dos professores de instrução secundária, nem é menos digna nem é menos útil pela sua alta função educadora” (*Boletim...*, 1906, Janeiro – Fevereiro, p. 259).

### 3. Legitimação social da profissão

Uma das preocupações centrais da Associação do Magistério Secundário Oficial é a que se prende com a necessidade de atribuir uma legitimidade social acrescida ao professorado liceal. No parecer elaborado em 1904, a pedido do ministério, sobre o projecto de reforma do ensino secundário, por uma comissão de professores, diz-se o seguinte:

Se o governo enveredar por esse caminho terá o nosso sincero e honesto aplauso.

Do contrário, com a força que sob a nossa humildade nos torna grandes, porque representamos a energia e a vontade duma das classes mais lamentavelmente abandonadas pelos poderes públicos e que, pela sua missão educadora, mais influe na mentalidade do país, não cessaremos de condenar com altivez, mas sempre com imparcialidade e justiça, esta desgraçada incúria dos nossos governantes pelo ensino público, esta ignorância dos que se pavoneiam com o título de homens de Estado, título falso, porque desconhecem que o principal nervo das nações reside na ilustração dos seus filhos. (*Boletim...*, 1905, Março – Abril, p. 61)

Esta citação é importante em vários sentidos. Em primeiro lugar, é nítida a assunção, por parte dos professores, de um discurso de tipo iluminista que considera a ilustração “o principal nervo das nações”, sendo os professores, naturalmente, uma das classes que “mais influe na mentalidade do país”. As referências a esse respeito são diversas. Noutro texto considera-se o ensino como sendo “o mais poderoso factor da nossa regeneração” (*Boletim...*, 1905, Junho – Agosto, p. 211); noutro ainda, pergunta-se o seguinte: “a instrução pública, e portanto a secundária, [não é] um dos ramos de administração mais importantes do Estado, pois que tende à formação da mentalidade do corpo social? E tem as garantias de consideração que merece?” (*Boletim...*, 1907, Janeiro – Fevereiro, p. 421). É assim que os porta-vozes do corpo docente se sentem

com legitimidade para criticarem o que consideram ser a “desgraçada incúria dos nossos governantes pelo ensino público” e para assumirem um discurso que apela à dignificação duma classe que assume uma alta “missão educadora”.

Noutro texto, em que se reivindica a confirmação dos aumentos de vencimentos prometidos no âmbito da reforma de 1905, dá-se conta da “impossibilidade de viver apenas com os ordenados que o Estado nos paga”; e acrescenta-se:

Suprema falta de lógica é esta de um Estado que nos paga mal e nos pretende impor constantemente novas e trabalhosas obrigações!

Dizem que o magistério é um sacerdócio. Assim é. Respeitem-se, por isso, os sacerdotes da instrução, assegure-lhes o Estado a subsistência, e só então pode esperar que eles se dediquem, sem preocupações de outra ordem, ao seu árduo ministério. (*Boletim...*, 1906, Julho – Dezembro, p. 362);

Apesar de contestarem que o tema do sacerdócio possa servir aos poderes públicos para manterem os vencimentos dos professores em níveis baixos, é bem visível que os professores se identificam com essas referências tradicionais associadas à profissão docente e que dão conta da sua vocação religiosa, tais como “missão”, “sacerdócio” ou “ministério”, as quais surgem articuladas com referências que procuram ser expressão da modernidade da actividade docente. O que se pretende é valorizar a função docente, atribuindo-lhe um desígnio social mais vasto – sacralizado, mesmo -, que faz com que os professores não sejam – apesar de também o serem – simples “funcionários”, termo que surge, muitas vezes, como contraponto de uma assunção plena da docência. “A mais do que qualquer outro funcionário – diz-se – tem o professor, pela especial natureza da sua delicada missão, uma latitude de procedimento correlativa da sua qualidade de julgador” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 56).

Esta última questão remete, simultaneamente, para a dimensão ética que é permanentemente associada ao trabalho docente e para a luta constante dos professores na busca de um espaço de autonomia, ainda que relativo, que lhe permita afastar-se da imagem do funcionário e aproximar-se, de algum modo, da figura ideal do intelectual. No já citado parecer sobre a reforma de 1905 tecem-se as seguintes considerações acerca do almejado prestígio social do professor:

Depois cercamo-lo daquela consideração que é absolutamente indispensável para não abalar o seu prestígio junto dos alunos e das famílias, para o que houvemos de restituir-lhe direitos que sempre teve e cortar pelas fórmulas dos diplomas em vigor, que pesam sobre o professor como um duro código penal, com a preocupação de o manter no cumprimento do dever, pela força das disposições coercitivas. O nosso professor não carece de ser reprimido, carece de ser animado e auxiliado no cumprimento da sua delicada missão. (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 55)

Os autores do documento defendem, mais adiante, que o comportamento do professor deve ter “como única fiscalização a consciência do professor, o respeito de si próprio e o vivo sentimento da alta missão social que desempenha” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 56). Para além de se contestarem os mecanismos criados pelo Estado tendo em vista o controlo dos professores – no quadro de regulamentos mais gerais elaborados para o funcionalismo público -, o que se propõe, no fundo, é a

existência de uma certa auto-regulação da própria classe, derivada, em última instância da consciência de cada professor e da sua consonância com a missão colectiva de que se encontra investido.

Mas há um outro aspecto, correlato deste, em que o discurso dos porta-vozes dos professores se aproxima de uma certa modernidade. A responsabilidade docente é simultaneamente ética e profissional. No número inicial da revista, um articulista apela ao professorado para “erguer bem alto a voz nas questões a que anda aliada a nossa responsabilidade técnica ou a nossa dignidade profissional” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 2), para outro se congratular, tendo como referência o parecer solicitado aos professores, “por se haver entrado no caminho de entregar aos técnicos a solução do problema da instrução secundária” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 31). Considerando-se os verdadeiros especialistas do acto de ensinar, os professores reivindicam para si, pela competência que possuem para o efeito, a legitimidade de terem uma opinião fundamentada sobre a reforma projectada.

Um outro exemplo a este respeito, nesta fase, é a constante defesa, feita pela Associação do Magistério Secundário Oficial, de que os reitores sejam nomeados de entre os professores do ensino liceal. Daí o apelo a que a legislação determine “que as reitorias dos liceus só possam ser exercidas por quem possua as condições de capacidade moral e profissional necessárias para o bom desempenho de tão melindroso cargo” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 61). Esta vai ser, aliás, uma das mais insistentes lutas travadas nas páginas do *Boletim*. Sempre que o governo procedia a nomeações para as reitorias de pessoas estranhas ao ofício ou sem aquelas que eram consideradas as habilitações legais para o exercício do mesmo – o que vai acontecer com alguma frequência -, a Associação manifesta o seu descontentamento, o mesmo acontecendo relativamente às situações em que os órgãos colectivos dos professores de cada liceu – os Conselhos Escolares – não são respeitados nas suas competências pelas instâncias superiores, como no já referido caso da nomeação de professores interinos. Esse espírito está bem sintetizado numa das intervenções na Assembleia Geral de 10 de Agosto de 1904:

O Prof. Sá Oliveira diz que urge defender as atribuições dos conselhos escolares, lutar pela entrega das reitorias a professores e combater a forma por que são indicadas no Regulamento actual as penas aplicáveis aos professores. A assembleia manifesta o desejo de que a Direcção se ocupe destes assuntos. (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 68)

Mais claro ainda é um artigo publicado no ano seguinte, que dá conta da existência de duas concepções antagónicas no que se refere à gestão dos liceus e do papel a assumir, a esse respeito, pelo colectivo dos professores:

A lei actual reduziu enormemente o papel da congregação dos professores em proveito apenas dos chefes dos estabelecimentos de ensino secundário . . .

Por tudo isto uma inadiável reforma se impõe! É preciso que ao conselho escolar sejam confiadas as atribuições que a boa justiça e as necessidades do ensino urgentemente reclamam. Tire-se-lhe a sua feição simplesmente consultiva; faça-se dele um órgão deliberativo por excelência.

É indispensável conceder-lhe, entre tantas prerrogativas essenciais, a da distribuição do serviço, por exemplo. (*Boletim...*, 1905, Fevereiro – Março, pp. 134-135)

Fica claro que, para estes professores, este conjunto de reivindicações são parte de uma mesma luta pela obtenção de uma maior autonomia, compatível com o prestígio intelectual e com a competência técnica que os professores reivindicam para si, resultantes da importância da sua missão social e da exigência das provas necessárias para a entrada na profissão.

Um outro aspecto importante é o que remete para a tentativa de construir um sentimento de identidade profissional, ainda que limitado, como vimos, aos professores efectivos dos liceus. Os apelos são constantes. No texto de apresentação sublinha-se que a ideia de formar a Associação “traduz a necessidade viva de unidade e de cooperação que, há muito, se impunha a todos os membros do professorado secundário oficial”. Em relação à função a desempenhar especificamente pelo Boletim, adianta-se o seguinte:

Por isso, é necessário que ele [boletim] seja, não somente o porta-voz da colectividade, mas também o intermediário em todas as relações pedagógicas ou científicas do professorado. Consultas, trocas de impressões, tudo que, em suma, possa concorrer para tornar mais íntimos os nexos da camaradagem profissional. (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro. p. 2)

Parece manifestar-se, de forma clara, a consciência de que a afirmação profissional deste sector dos professores decorrerá, em parte, da sua capacidade para partilhar um conjunto de valores e regras associadas ao bom exercício da profissão, formando uma “comunidade de interesses morais e pedagógicos” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 81) de que a Associação seria expressão e sustentáculo. Os dirigentes dos professores parecem mostrar-se conscientes de que, para isso, necessitam não só da sua militância mas, também, da participação dos associados, daí que sejam frequentes as exortações nesse sentido.

É grande a nossa força, mas para se tornar profícua é necessário que, dum lado os corpos dirigentes da Associação e, do outro, os conselhos dos liceus se conjuguem numa sinergia de esforços e numa tal unidade de pensamento que qualquer atentado contra as nossas regalias e direitos possa ser repellido com sucesso. (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 309)

Mas esse combate – o da união - não será nada fácil de travar, como rapidamente os líderes do movimento associativo se vão aperceber. As assembleias gerais vão sendo pouco concorridas, praticamente reduzidas aos corpos gerentes em exercício ou nem isso (a presença de associados nas assembleias cujas actas estão publicadas do Boletim varia entre 13 e 18 pessoas), a dificuldade em mobilizar os professores dos liceus da província é óbvia, as recriminações entre dirigentes e associados começam a aparecer, numa fase em que a Associação começa a dar mostras de menor dinamismo (Gomes Bento, 1973). O Boletim, recorde-se, é suspenso em 1908. A Associação chegara a ter, no entanto, uma representatividade elevada relativamente à classe. A lista de sócios publicada em 1904 dá conta da existência de 126 efectivos e 5 correspondentes. Os professores efectivos dos liceus eram então em número de 217, (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, pp. 89-93).

Um outro exemplo da preocupação com a construção identitária é a rubrica do Boletim intitulada “Os nossos mortos”, na qual se presta homenagem aos professores recentemente falecidos, se traça uma breve biografia e se destacam algumas das suas

virtudes pessoais ou profissionais. A participação na vida associativa é habitualmente enfatizada. A António de Sousa Pinto, do Liceu de Bragança, o primeiro dos homenageados, associam-se valores como a “competência”, a “rectidão”, a “energia”, para além duma “grande bondade”, e acrescenta-se: “Foi um dos professores que aderiram com mais entusiasmo à Associação do Magistério Secundário, porque ninguém melhor do que ele prestava mais culto à solidariedade profissional” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 63). É uma espécie de panteão do professorado do ensino liceal aquilo que se procura concretizar através desta rubrica. Os porta-vozes da classe mostram-se conscientes de que uma identidade, para frutificar, necessita de uma memória que idealize, articulando-a no tempo, a pertença à profissão.

#### 4. Finalidades, reivindicações e acções da Associação

Na Assembleia Geral constitutiva da Associação são apresentadas como finalidades essenciais as duas seguintes:

- a) Defender os interesses da classe e os de cada associado que respeitarem à sua profissão de professor de ensino secundário por meio de representações aos poderes públicos, reclamações pela imprensa e por um Boletim da Associação e por todos os outros meios que a associação julgar legítimos;
- b) Promover o progresso dos estudos secundários por meio de conferências, comunicações científicas, etc., distribuindo-se para isso os sócios em secções, se for julgado conveniente, sendo todos os trabalhos da associação publicados no seu Boletim. (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, pp. 64-65)

Os Estatutos, posteriormente discutidos e aprovados (na sessão de 31 de Maio de 1904), reelaboram e especificam a formulação anterior, mantendo, no entanto, o seu sentido geral. No âmbito dos seus “fins gerais” a Associação propõe-se fomentar os “progressos da pedagogia” e “o progresso científico do país”, para além de contribuir para “uma unidade de acção educativa com um carácter profundamente nacional”. Os “fins especiais” aprovados obrigam a Associação a “promover a solidariedade entre os professores”, a “defendê-los nos seus interesses colectivos” e, ainda, a “defender os sócios em tudo quanto sejam interesses individuais relacionados com o exercício do magistério” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 80).

Entre as actividades de ordem mais geral que a Associação projecta vir a desenvolver contam-se a publicação dum boletim, a criação de um museu pedagógico e de uma biblioteca pedagógica, a organização de congressos pedagógicos, a edição de publicações, a realização de lições, conferências e viagens de estudo, entre outras. Escusado será dizer que, à excepção do boletim, tudo o resto não passou de boas intenções, excessivamente ambiciosas, porventura, para os seus recursos e condições organizativas.

Apesar de prevista nos estatutos a possibilidade de “atender ao bem estar económico dos seus sócios” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 81) e, não obstante o facto das experiências associativas docentes terem, como aconteceu no caso das do ensino primário, dado os seus primeiros passos, muitas vezes, sob a forma mutualista, no caso da Associação do Magistério Secundário Oficial – a primeira associação do género ao nível destes docentes, recordemo-lo – essa dimensão não tem expressão.

As actividades que mais preencheram o quotidiano da Associação, algumas delas previstas nas declarações de intenções, foram a apresentação ao governo de problemas, de ordem colectiva ou individual, com que os professores eram confrontados, designadamente os relativos à colocação de professores nos liceus – denunciando irregularidades cometidas -, à nomeação de reitores, à ausência de auscultação dos Conselhos Escolares, entre outros. Uma vez esses problemas deram lugar à elaboração de “representações” enviadas ao governo ou ao parlamento, outras ao pedido de audiências, excepcionalmente à organização de campanhas mais vastas de mobilização dos professores. Vejamos dois exemplos. No Boletim de Março-Abril de 1906 dá-se conta da nomeação, em violação do quadro legal definido pela reforma de 1905, do bacharel Correia Simões para o cargo de reitor do Liceu de Braga. A direcção da Associação decidiu, em colaboração com os professores de Braga, a seguinte actuação face a esse caso, tal como é apresentada em documento subscrito pelo seu presidente Acácio Guimarães (que, em 1916, havia substituído Jerónimo Northway do Valle, o primeiro presidente da Associação):

1º Representar, por escrito, perante os Senhores Ministros do Reino e Director Geral de Instrução Pública, reclamando o cumprimento exacto da lei.

2º No caso de não ser tomada na devida conta essa representação, esperar que V. Exas. comuniquem o procedimento do conselho escolar desse liceu, quando o reitor intruso se apresentar a tomar posse e, em seguida, proceder de harmonia com essa atitude.

3º Levantar no Boletim e promover em diversos jornais diários uma campanha enérgica contra a ilegalidade dessa nomeação.

4º Conseguir que, pelo menos, um dos membros das duas casas do Parlamento, na próxima sessão legislativa, peça ao Sr. Ministro do Reino estritas contas do seu procedimento abusivo. (*Boletim...*, Março – Abril, p. 291)

A luta pelo aumento efectivo de vencimentos – sempre a grande reivindicação da Associação -, de acordo com o previsto na reforma de 1905, origina a que é, talvez, a mais vigorosa das acções de mobilização desencadeadas, que incluirá a elaboração de uma “representação” a ser entregue no parlamento, a formação de uma delegação, incluindo representantes dos professores de cada liceu, a apresentação, por parte de um professor, então deputado, de um projecto de lei sobre essa matéria, a realização de negociações com os grupos políticos representados no parlamento e o preenchimento de uma espécie de abaixo-assinado, de que dá conta uma circular Acácio Guimarães:

Inclusa envio a norma de representação que a Associação do Magistério Secundário entende dever ser apresentada ao Parlamento; se os colegas concordarem com o texto, farão o favor de a copiar em papel próprio, de a assinar e de a enviar no mais curto prazo possível. (*Boletim...*, 1908, Abril – Julho, p. 642)

Estes são dois exemplos representativos de algumas das estratégias mais avançadas propugnadas pela Associação. Em geral, os dirigentes associativos privilegiavam a resolução dos problemas através de negociações directas com os governantes, o que explica os regulares pedidos de audiências, mesmo quando se tratavam de situações pontuais. Na sessão de 5 de Julho de 1904 da Assembleia Geral, por exemplo, depois desta se ter pronunciado “contra a transferência ilegal” de um professor, encarregou-se uma comissão de “procurar o Sr. Ministro do Reino para lhe

ponderar a necessidade de mandar anular essa transferência” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 68). Outra das actividades desenvolvidas foi a elaboração de pareceres, em resposta a solicitações das entidades governamentais, como no caso do projecto de reforma de 1905.

## 5. A Associação, a política e os governos

As relações com os governos vão balançar entre alguma cumplicidade, interligada com a crença de que a via negocial constituía a melhor maneira de atingir os objectivos da classe, e uma atitude de crítica mais radical, associada a uma certa descrença no sistema rotativista e nos seus partidos.

Ao tomarem conhecimento da nomeação de uma comissão de professores – coordenada, aliás, pelo próprio presidente da Associação - para dar parecer sobre a projectada reforma do ensino liceal, os seus dirigentes consideram ter-se tornado o Sr. Ministro do Reino “credor do reconhecimento do professorado liceal” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 31). Quando a reforma, depois de avanços e recuos vários, é finalmente publicada, em 29 de Agosto de 1905, satisfazendo algumas das principais propostas dos professores, o Boletim considera estar-se perante “uma assinalada vitória” para a associação e para o professorado e saúda o então chefe do governo, o progressista José Luciano de Castro (*Boletim...*, 1905, Junho – Agosto, p. 211).

Aquando da nomeação de Eduardo José Coelho para Presidente do Conselho e Ministro do Reino e de declarações por ele proferidas relativas ao ensino, o órgão da Associação considera-se obrigado “a uma atitude de legítima esperança sobre a próxima regeneração da cultura mental do país”, ainda que associada a uma “reserva prudente antes de vermos realizados por factos, bem positivos, todas as nossas esperanças e todas essas promessas” (*Boletim...*, 1906, Maio – Junho, p. 331). A Associação aproveita para apresentar ao governante algumas das principais reivindicações da classe: “aumento dos ordenados dos professores”, restituição aos conselhos dos liceus da “antigas prerrogativas”, “descentralização dos serviços públicos”, entre outras. Noutro momento, aquando da realização de eleições, o Boletim congratula-se pelo facto de, tanto na “lista dos candidatos governamentais”, como na lista “apresentada pelo partido regenerador”, estarem “incluídos os nomes de vários colegas e consócios nossos”, todos eles “distintíssimos pelas suas qualidades de carácter, pelos seus dotes profissionais e pelo interesse que sempre têm manifestado pela causa da instrução nacional” (*Boletim...*, 1905, Janeiro, p. 131). Como aconteceu com os seus colegas do ensino primário, cujas associações chegaram a candidatar, com evidente insucesso, professores ao parlamento, também os professores do ensino liceal chegaram a acreditar nas virtualidades decorrentes duma representação parlamentar da profissão.

Noutros momentos a atitude é de desilusão e de crítica aberta, em especial quando o tema é “a necessidade inadiável de ser melhorada a situação económica dos professores dos liceus” (*Boletim...*, 1906, Julho – Dezembro, p. 363) ou “o estado de verdadeira pobreza franciscana em que vivem os nossos liceus” (*Boletim...*, 1905, Janeiro, p. 127). As exonerações e nomeações políticas de reitores provocam também, geralmente, palavras de recriminação por parte da associação - “Não acusamos em especial este governo . . . Todas as situações têm cometido o mesmo pecado” (*Boletim...*, 1905, Outubro – Dezembro, p. 61) – palavras essas dirigidas ao próprio sistema rotativista: “As clientelas progressista e regeneradora sucedem-se com a mesma regularidade com que se sucedem no poder os chefes dos dois partidos que nos últimos anos têm governado o país” (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 310). Por vezes, as críticas assumem algum radicalismo:

Os governos, em vez do dinheiro que é indispensável, apenas gastam circulares inúteis . . . Se não possuímos edifícios, nem mobiliário, nem material de ensino é porque os governos que têm estado à frente dos negócios deste país ainda se não resolveram a fazer derivar para estes fins, tão úteis, algumas migalhas das enormes somas que se desbaratam. (*Boletim...*, 1906, Julho – Dezembro, p. 402)

Face a esta situação resta aos professores “o dever de protestar” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 63). Mesmo assim, a Associação procura manter, em geral, uma posição de equidistância em relação aos partidos e de distanciamento em relação à política. São os próprios Estatutos a considerar como “estranhas à Associação, e por isso absolutamente proibidas, todas as discussões de carácter político ou religioso” (*Boletim...*, 1904, Outubro – Dezembro, p. 87). Essa posição é por diversas vezes reforçada. Numa altura em que surgem boatos sobre a instauração próxima de uma ditadura – que será a ditadura de João Franco – considera-se que “deste lugar não podemos aplaudir nem condenar [esse “acto de força”], porque as páginas deste Boletim só devem servir para advogar os altos interesses do ensino e as legítimas aspirações da nossa classe” (*Boletim...*, 1906, Janeiro – Fevereiro, p. 260). Mesmo a reintrodução na revista da secção “vária” - dedicada, geralmente, à actualidade da profissão e dos liceus - é feita com alguma relutância, questão que se prende também, naturalmente, com o carácter da própria Associação:

A instâncias de alguns consócios reaparece hoje nas colunas do Boletim a secção vária.

Embora reconheçamos que este facto pode, até certo ponto, desvirtuar a índole puramente científica que deveria ter o nosso Boletim, por outro lado, a desorganização funda que lavra na administração do ensino obriga-nos, em consciência, a esta crítica, que a muitos espíritos ponderados parecerá deslocada. A estes pedimos desculpa de algum comentário mais irónico ou acerbo. (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 308)

O único texto claramente dissonante da habitual postura, relativamente distanciada em relação aos assuntos políticos, assumida pela Associação é o texto em honra do consócio e professor do Liceu do Porto, Barbosa de Andrade, entretanto falecido. Relativamente ao seu posicionamento cívico, traça-se este impressivo retrato:

O seu espírito francamente liberal e democrático nunca transigiu com a corrupção do meio abastardado, em que nos últimos tempos caiu a sociedade portuguesa. Talvez fosse por isso que o seu espírito desiludido, descrente, numa regeneração próxima da Pátria, não se exteriorizou na combatividade de que era susceptível. A sua acção limitou-se a redigir, nalguns jornais do Norte, artigos em que manifestou o desgosto de que se achava possuído, pelos erros políticos e administrativos que ia vendo sucederem-se na administração do país e manifestou-se também na afirmação de que só a mudança do nosso regimen político poderia sanear as infecções do nosso ambiente social. (*Boletim...*, 1906, Março – Abril, p. 307)

Estamos, recorde-se, nos anos terminais da Monarquia Constitucional portuguesa e o texto anterior não deixa de manifestar alguma simpatia pela possibilidade de mudança do regime no sentido do republicanismo.

## 6. Conclusão

Que concluir no final deste percurso? A análise do *Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial* permitiu-nos confirmar a ideia de que há uma relação estreita, ainda que complexa, entre o desenvolvimento do associativismo docente e a afirmação das preocupações profissionais. No caso específico dos professores do ensino liceal, a primeira experiência associativa não se situa numa perspectiva mutualista e, muito menos, numa perspectiva sindical. A entrada tardia no associativismo, o facto de constituir um grupo pouco numeroso, de ensinar uma elite e de possuir um relativo prestígio social são algumas das especificidades deste sector do professorado. Os professores liceais não se identificam (ao contrário dos seus colegas do ensino primário) com um modelo sindical reivindicativo, mas continuam distantes dum modelo especificamente profissional, mesmo quando buscam uma autonomia acrescida, se consideram detentores de um saber especializado ou desenvolvem representações sobre o ideal de serviço que os mobiliza, dificuldade essa que advém, em parte, do estatuto de funcionários a que se obrigam (mesmo quando o recusam). É um associativismo de referências múltiplas e conflituais, em que a criação de sindicatos não parece compatível com o estatuto de profissionais a que aspiram. A questão da greve nem se lhes coloca nesta fase. Como diz A. Robert (1995), tendo como referência o caso francês: “L’esprit syndicaliste ne s’est pas encore véritablement implanté parmi eux . . . l’idée syndicale paraît tellement subversive, tellement incompatible avec la dignité de cette élite que représente encore le corps professoral » (pp. 56-57). Daí a ambivalência das suas associações, como é o caso da aqui estudada. O carácter reivindicativo não deixa de ter alguma expressão – em especial no que se refere ao aumento de vencimentos –, mas a associação pretende-se também lugar de reflexão sobre o ofício e, particularmente, grupo de pressão sobre o poder. Como nota A. Nóvoa (1987), “l’un des traits les plus saillants du mouvement associatif des enseignants de 1901 à 1933 est l’organisation autonome par catégories professionnelles » (II, p. 720). No caso, nem são todos os professores do ensino secundário que se associam. Desta primeira associação são excluídos os professores interinos do ensino liceal e todos os professores do ensino técnico. Os professores efectivos do liceu procuram afirmar-se pela distinção.

## Referências:

Bento, Gomes (1973). *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1891 a 1932*. Porto: Edição do autor.

*Boletim da Associação do Magistério Secundário Oficial*, 1904 – 1908.

Nóvoa, A. (1993) (dir.). *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX – XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle)* (2 vols.). Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica.

Robert, A. (1995). *Le syndicalisme des enseignants, des écoles, collèges et lycées*. Paris : CNDP / La Documentation Française.